

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 – O ILÍCITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SUA CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO GRAU DE OFENSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	39
1.1 NOÇÕES GERAIS, CONCEITO E DISTINÇÃO.....	39
1.2 FALTAS DE MENOR, DE MÉDIO E DE ELEVADO POTENCIAL OFENSIVO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS SEUS FINS	42
CAPÍTULO 2 – NOTAÇÕES À TEORIA GERAL DO ATO ADMINISTRATIVO, APLICADAS AO PROCESSO DISCIPLINAR E A QUESTÕES CONTROVERTIDAS.....	45
2.1 O ATO ADMINISTRATIVO COMO INSTRUMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	45
2.2 PROCEDIMENTOS PERSECUTÓRIOS A CARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	50
2.2.1 As três espécies de sindicância administrativa disciplinar	50
2.2.2 O processo administrativo disciplinar	55
2.3 QUESTÕES CONTROVERTIDAS QUE ENVOLVEM OS PROCEDIMENTOS PERSECUTÓRIOS A CARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	59
2.3.1 <i>In dubio pro</i> interesse público.....	60
2.3.2 O dever de convalidação do ato administrativo pela Administração Pública	61
2.3.3 A dosimetria da sanção administrativa e a imputação deontológica.....	69
2.3.4 Relação jurídica processual de Direito Administrativo Disciplinar	79



CAPÍTULO 3 – O PRINCÍPIO DA ATIPICIDADE DO ILÍCITO DISCIPLINAR. EFEITOS JURÍDICOS PRODUZIDOS PELO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, COMO CLÁUSULA DE ABERTURA CONSTITUCIONAL, E PELOS PRINCÍPIOS DA IMPUTAÇÃO PESSOAL E DA IMPUTAÇÃO SUBJETIVA... 95

3.1	TIPOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INDETERMINADOS, DIFERENÇA ENTRE TIPO INDETERMINADO, ELEMENTO NORMATIVO DO TIPO E NORMA EM BRANCO.....	96
3.2	AS CLÁUSULAS GERAIS CONSTITUCIONAIS.....	103
3.2.1	A possibilidade de transposição das teorias de Direito Penal para o Direito Administrativo.....	103
3.2.2	A interpretação construtiva/evolutiva do Texto constitucional e o devido processo legal substantivo como cláusula de abertura constitucional.....	107
3.2.3	A relação especial de sujeição do servidor público e os direitos fundamentais.....	121
3.3	A ATIPICIDADE DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR À LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANTIVO E SEUS COLÁRIOS.....	123
3.4	ALGUNS EFEITOS JURÍDICOS CONTROVERTIDOS, DECORRENTES DA ACEITAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE DO TIPO DISCIPLINAR.....	156
3.4.1	Tipos disciplinares abertos, pena de demissão como pena máxima aplicável e modal deôntico neutro.....	156
3.4.2	Conceito analítico tripartite e proposta de diferenciação entre ilícito penal e ilícito administrativo disciplinar.....	157
3.4.3	O princípio da insignificância do ilícito administrativo disciplinar.....	161
3.4.4	Imputação subjetiva da infração disciplinar.....	166
3.4.5	Relação jurídica estatutária como requisito de imputabilidade do servidor público, condição de culpabilidade, e não como condição de punibilidade.....	170
3.4.6	A tentativa de infração disciplinar.....	174
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
	REFERÊNCIAS.....	179
	ANEXOS.....	183
	ÍNDICE ALFABÉTICO.....	211

